



DESENVOLVIMENTO NO BRASIL: UM ENFOQUE NA ECONOMIA SOLIDÁRIA.

Elisene Lemes de Oliveira Santos¹
Geisiane Tavares Soares²
José Carlos dos Santos³
Michelle Alexandrina dos Santos Furtado⁴

RESUMO: O presente artigo apresenta reflexões acerca do desenvolvimento capitalista, os efeitos da globalização e da reestruturação produtiva no Brasil, que sobre a influência da ideologia neoliberal fomentou a reestruturação produtiva e traz como principais características a redução da demanda por mão-de-obra, ao mesmo tempo em que exigiu maior qualificação e intensificou a exploração sobre a força de trabalho, além de ampliar o “exército industrial de reserva”. Para atender às demandas não supridas pelo sistema capitalista, desenvolvem-se pelo mundo inteiro, experiências que procuram romper com a lógica capitalista, dando lugar a outras formas de produção e organização do trabalho. O movimento da Economia Solidária, embasada na autogestão de forma limitada, desenvolve-se neste contexto de transformações, como forma alternativa de geração de trabalho e/ou como uma forma de resistência dos trabalhadores, protagonizado pelos indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho.

Palavras chave: Desenvolvimento, Economia Solidária, autogestão.

ABSTRACT: This article presents reflections on capitalist development, the effects of globalization and productive restructuring in Brazil, which on the influence of neoliberal ideology fostered the productive restructuring and brings as main characteristics the reduction of demand for labor, at the same time that it demanded a higher qualification and intensified exploitation on the labor force, in addition to expanding the "industrial reserve army". In order to meet the demands not supplied by the capitalist system, experiences that seek to break with the capitalist logic are being developed all over the world, giving rise to other forms of production and organization of work. The Solidarity Economy movement, based on self-management in a limited way, develops in this context of transformations, as an alternative form of work generation and / or as a form of resistance of workers, carried out by individuals excluded from the formal labor market.

Keywords: Development, Solidarity Economy, self-management.

¹ Assistente Social, Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM)

² Administradora, Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (UFAM)

³ Administrador, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura (UFAM)

⁴ Fisioterapeuta - Universidade Federal do Amazonas(UFAM)

INTRODUÇÃO

O capital passou no século XX, segundo Mézaros (2010), das crises cíclicas à crise estrutural, de modo que, a forma natural de reinvenção do capital através das crises cíclicas, agora trazem como novidade um crise estrutural que se manifesta em quatro aspectos principais, seu caráter universal, pois, deixou de ser restrito a uma única esfera particular; seu alcance é global, pois, não limita-se a um bloco específico de países; sua escala de tempo é extensa e continua, pois, não é mais uma crise pontual a ser superada; e seu desdobramento atual é o que se chamar de “rastejante” avançando de forma implacável.

Nesse contexto, as mudanças no mundo do trabalho são cada vez mais frequentes e perceptíveis. No Brasil, as décadas dos anos 80 e 90, foram marcadas pelas políticas públicas para a reestruturação produtiva, tendo como principais características: a redução da demanda por mão-de-obra, ao mesmo tempo em que exigiu maior qualificação e intensificou a exploração sobre a força de trabalho, além de ampliar o contingente de mão-de-obra excedente no mundo.

Para atender às demandas não supridas pelo sistema capitalista, desenvolvem-se pelo mundo inteiro, experiências que procuram romper com a lógica capitalista, dando lugar a outras formas de produção e organização do trabalho.

O incentivo parte da solidariedade entre os trabalhadores, que no pós-guerra, foi expressa pela conquista dos direitos sociais e pleno emprego, agora, diante da reestruturação produtiva, um outro tipo de solidariedade é desencadeada, segundo Benini (2011), a organização coletiva de cunho socioeconômico, assumida em grande parte na forma institucionalizada de cooperativas e associações dentro do movimento de economia solidária.

O movimento da Economia Solidária, embasada na autogestão de forma ainda limitada, desenvolvem-se neste contexto de transformações, como formas alternativas de geração de trabalho e/ou como uma forma de resistência dos trabalhadores, protagonizado pelos indivíduos excluídos do mercado formal de trabalho. Estes empreendimentos têm possibilitado a garantia da subsistência e sobrevivência das classes populares que, em sua maioria, se encontram em situação de vulnerabilidade social.

Sendo, assim, o presente artigo pretende promover uma reflexão sobre as mudanças ocorridas no desenvolvimento capitalista no Brasil, tendo como alternativa o movimento de economia solidária pela autogestão. O artigo encontra-se organizado em duas partes: 1) Globalização e o Neoliberalismo no Brasil; 2) Economia Solidária no Brasil e Autogestão.

GLOBALIZAÇÃO E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

Atualmente, o que entendemos por globalização na realidade refere-se a fenômenos relativos à reordenação capitalista que foi sendo desenvolvida com medidas concretas de política econômica, como uma determinada resposta à crise estrutural capitalista da década de 1970. Segundo Chesnais (1997) foi a partir de 1978, que a burguesia mundial, conduzida pelos norte-americanos e pelos britânicos, empreendeu em proveito próprio, a modificação internacional. As políticas de liberalização, desregulamentação e privatização que os Estados capitalistas adotaram um após o outro, desde o advento dos governos Thatcher em 1979 e Reagan em 1980, devolveram ao capital a liberdade, que havia perdido desde 1914, para mover-se à vontade no plano internacional, entre países e continentes.

O leque ideológico disponibilizado pelo capitalismo é amplo e dominador, capaz de influenciar as decisões políticas no âmbito econômico e social em escala mundial. Dentre tais ideologias destacamos o ideário neoliberal, que segundo Anderson (1995), desde o seu nascedouro, a proposta era manter o Estado forte, capaz de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. A política neoliberal foi inaugurada no Chile, no período do ditador Pinochet, entretanto, foi na Inglaterra de Margareth Thatcher que ganhou seus contornos mais definitivos e acabados, para depois transformar-se em paradigma dos organismos de regulação internacional como FMI e Banco Mundial.

Na América Latina, o chamado ideário neoliberal encontrou sua mais acabada expressão e sistematização, em 1989 através do Consenso de Washington, que contemplava na análise de Batista (1994) as principais diretrizes de política econômica

nas seguintes áreas: disciplina fiscal; priorização dos gastos públicos; reforma tributária; liberalização financeira; regime cambial; liberalização comercial; investimento direto estrangeiro; privatização; desregulação das relações trabalhistas; propriedade intelectual. Logo, os objetivos básicos das propostas do Consenso de Washington eram, por um lado, a redução do Estado e a corrosão do conceito de Nação; por outro, o máximo de abertura à importação de bens e serviços e à entrada de capitais de risco. Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado autorregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas.

No final da década de 1980, o governo brasileiro deu início à reforma comercial com a eliminação dos controles quantitativos e administrativos sobre as importações somado à proposta de redução tarifária. Para Rego (2000), a abertura da economia brasileira intensificou-se a partir de 1990, quando o governo Collor de Mello tratou de implementar uma política econômica e uma política externa que seguia de perto as recomendações e diretrizes do chamado Consenso de Washington, ou seja, de privatizações e de liberalização econômica, tanto no que se refere aos fluxos de capitais quanto aos fluxos de mercadorias. Tais políticas foram mantidas pela equipe do presidente FHC, que através de um conjunto de medidas, obtiveram abrangência e impacto social, a exemplo a implantação do Plano Real.

Quanto a fragmentação do mercado de trabalho no Brasil sucedeu-se sob o imperativo da flexibilidade, num contexto de concorrência global e de mundialização do capital, enfatizando o aumento do “exército industrial de reserva” de Marx (1979), a massa de trabalhador informal, além do aparecimento tardio de dois subgrupos de trabalhadores: o dos assalariados com competências menos especializadas, facilmente disponíveis no mercado de trabalho e, por isso, com taxas elevadas de rotatividade e menos oportunidades de progressão na carreira; e dos trabalhadores com vínculos laborais precários.

Embora, os dados disponíveis da população brasileira abaixo da linha da pobreza demonstrem uma melhora sensível, período de 2004 até o final desta década, proveniente de um conjunto de ações de política social como, por exemplo, o programa Bolsa Família, a política de elevação do salário-mínimo acima dos índices de inflação, bem como a inclusão de pessoas idosas nos programas de aposentadoria, política de crédito para setores de baixa renda, políticas para redução das desigualdades de gênero, entre outras.

Na avaliação de Pochmann (2004), a desigualdade social no Brasil ainda é expressiva, pois, os ricos no Brasil, correspondem a uma ínfima parcela que não superior a 10%, apropriando-se de mais de 2/3 da riqueza nacional desde o século XVIII, a grande massa da população permanece em condição de pobreza. É sobre tal realidade que incidiram, na última década (1999-2009), grandes mudanças nas estruturas econômicas e sociais, concomitantes às políticas econômicas e sociais de cunho neoliberal.

Na concepção de Gennari (2011), uma das características essenciais do novo padrão de acumulação brasileiro se refere, portanto, a uma questão estrutural central. O exército industrial de reserva só pode ser entendido, única e exclusivamente, como um fenômeno global. Assim, a globalização capitalista e a abertura econômica que lhe é peculiar aprofundam o processo de internacionalização e subordinação da economia brasileira num patamar jamais verificado em todo o processo de acumulação ampliada do capital no Brasil. Tal processo de subordinação agrava o nível das desigualdades sociais, que segundo Cattani (2003), privilegia uma minoria da população com o gozo das riquezas em detrimento da grande massa que encontra dificuldades no acesso a bens e serviços do sistema capitalista, há portanto, a necessidade de fomentar uma nova economia, mais solidária, mais justa que valorize o social em vez do econômico.

Nesse contexto, o pensamento social crítico de Mészáros (1997), justifica que a exclusão social, não se limita somente ao acesso de bens e serviços ou mesmo a estrutura de informação e conhecimento (I&C), a exclusão oriunda do capital, expandir-se além das condições necessárias para a vida humana, levando aos desastres ecológicos e ao desemprego crônico, isto é, à destruição das condições básicas para a reprodução do metabolismo social. Neste sentido, o pensador conclui sua análise afirmando que a única alternativa “hegemônica à hegemonia do capital é aquilo que Marx chamou de ‘produtores associados’, instaurando a sua própria ordem quando ainda só existem como personificação do trabalho.

Economia Solidária no Brasil e Autogestão: Limitações e possibilidades

Diante da emergência do desemprego, precariedade das relações trabalhistas, a crise estrutural do trabalho no final do século XX, surge a necessidade de uma posição de resistência do trabalho frente aos inúmeros artifícios de espoliação empreendido pelo sistema capitalista, é diante dessa perspectiva que surge a autogestão como proposta de

organização do trabalho, dentro do movimento da chamada economia solidária, que resgata as lutas históricas dos trabalhadores que tiveram origem no início do século XIX, sob a forma de cooperativismo, como uma das formas de resistência contra o avanço avassalador do capitalismo industrial.

No Brasil, ela ressurgiu no final do Século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho, expandindo a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas associativas comunitárias e pela constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária. Como ponto forte de articulação, a economia solidária estrutura-se através do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, vinculado a 27 fóruns estaduais com milhares de participantes em todo o território brasileiro, o que possibilitou o fortalecimento de ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e a criação de novas organizações de abrangência nacional. Além de contar com o apoio do Governo Federal, que em 2003 criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Muitos estudos e debates foram realizados no Brasil sobre o tema economia solidária, há segundo Fraga (2011) três perspectivas que nos auxiliam na compreensão do que é a Economia Solidária no Brasil hoje. Numa primeira corrente, os seus principais autores apontam para uma complementaridade entre capitalismo e Economia Solidária. Na segunda, a Economia Solidária é vista como uma possibilidade de superação gradual do capitalismo. Numa terceira perspectiva, a Economia Solidária estaria inscrita na luta histórica dos trabalhadores na qual a autogestão se apresenta como meio e fim dessa luta. Contudo, não vamos discorrer nesse artigo sobre todas as perspectivas, nos ateremos apenas a terceira perspectiva, sobre a qual Benini (2011) considera a Economia Solidária como um movimento que se situa no contexto do trabalho associado, e também um movimento que promove, sobretudo, múltiplas combinações e possibilidades.

Apesar das divergências conceituais que permeiam a economia solidária, ressaltamos o entendimento do Ministério do Trabalho e Emprego, que caracteriza a Economia Solidária como: “O conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com um certo grau de democracia interna e que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade”.

Paul Singer (1998) afirma que “os praticantes da Economia Solidária foram abrindo caminhos, pelo único método disponível no laboratório da história: o de tentativas e erros”. Consoante com esta perspectiva, Rosa Luxemburgo (1918) ressalta que é pelo processo de “experimentação social”, que as massas agindo coletivamente aprendem a se autogerir. Assim, a sociedade autogestionária é uma sociedade de experimentação social, que se institui e se constrói por si mesma. A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social.

Contudo, vale apenas considerar o pesar histórico do desenvolvimento moderno do setor produtivo desde a primeira revolução industrial, pois, os trabalhadores tiveram pouco ou praticamente nenhum espaço para a auto-organização e para o desenvolvimento da autogestão, com isso, as técnicas e teorias dos padrões organizacionais desenvolveram-se sobre a égide do trabalho assalariado e trataram o trabalho como objeto, reforçando a heterogestão, própria do sistema orgânico do capital, que foi, por mais de dois séculos, amplamente desenvolvida e sofisticada, por meio de ostensivos estudos e pesquisas acadêmicas, sem falar do apoio financeiro e institucional, que lhe garante a sustentação e blindagem no sistema ontologicamente integrado do capital.

Por sua vez, Benini (2011) esclarece que a autogestão é ontologicamente oposta a heterogestão, uma vez que considera o trabalhador coletivo como mais que um item de produção, mas, sobretudo, sujeito por excelência de todo o processo produtivo. Portanto, à medida em que o trabalho é posto como sujeito, teríamos a autogestão como base estruturante das organizações, tentando criar seus próprios meios organizacionais e institucionais de sustentação.

Sobre o aspecto teórico dos fundamentos estruturantes da formação do sistema orgânico do trabalho, tendo como método a autogestão no movimento de economia solidária, vale apenas refletir com Benini (2011) sobre a seguinte questão: Se o trabalho é a mediação fundamental da relação homem e natureza, considerada a mediação de 1º grau, temos uma primeira determinação estruturante, que possibilita ao homem evoluir como ser social e histórico, e não apenas como ser biológico em adaptação ao seu meio. Portanto, dado o caráter social e histórico da evolução humana, abre-se outra vez um novo horizonte de opções ontológicas, conforme as relações sociais de trabalho e produção são estabelecidas.

Dentre essas opções de mudança, Mészáros (2006), relembra que o sistema orgânico do capital é estruturado por meio de três mediações de 2º grau, a saber: a propriedade privada dos meios de produção; intercâmbio comercial, que submete o valor de uso à lógica de acumulação do valor de troca; e a divisão social e hierárquica do trabalho. Portanto, para a constituição de um sistema orgânico do trabalho, seria necessário criar as mediações fundamentais correspondentes opostas, nessa perspectiva a sequência, à essas novas mediações poderiam assumir as seguintes formações sociais e históricas: Propriedade Orgânica, anulando a propriedade privada; renda Sistêmica, anulando a intermediação mercantil; autogestão e auto-organização, anulando a divisão social e hierárquica. Trata-se de eixos estruturantes para uma outra sociabilidade; logo, não são simples remendos ou melhorias inseridas dentro (e subordinadas pelo) sistema orgânico do capital, mas um outro sistema social que rivaliza com este, no sentido de sua superação.

Analisando a realidade atual do movimento de Economia Solidária no Brasil em comparação às mudanças de ordem teórica de Meszáros, observamos que o ideal ainda está longe de ser alcançado, haja visto, as limitações na forma organizacional das cooperativas, uma vez que, ainda se inserem como empresas capitalistas, pois, estão baseadas na propriedade privada (amenizada pelo sistema de cotas de grupos, vinculada ao trabalho), na fragmentação produtiva (cada cooperativa ou unidade de produção é isolada, ou seja, elas competem entre si, não constituindo um sistema orgânico ou algum tipo de coordenação integrada), e a sua distribuição é realizada dentro da lógica do capital (o determinante é o valor de troca das mercadorias).

Portanto, para a mudança no sistema orgânico do capital viesse a acontecer seria necessário aglutinar, num novo arranjo dialético, um conjunto estruturante de instituições e/ou organizações basilares dessa nova sustentabilidade, bem como os eixos produtivos básicos para as necessidades materiais desse novo sistema. Enfim, para criar um ponto de ruptura, com densidade suficiente para impor tal dinâmica autossustentável, as novas mediações colocadas simultaneamente criam, e são criadas, por aquele arranjo dialético institucional e organizacional.

É exatamente nesse ponto que a Economia Solidária também pode ser vista como práxis organizacional, pois, o seu movimento dialético, de uma forma ou de outra, absorve

a insuficiência (ou mesmo impossibilidade) do desenvolvimento da autogestão dentro do modo de produção capitalista, uma relação antagônica e contraditória por excelência.

NOTA CONCLUSIVA

O arcabouço teórico que versa sobre o tema desenvolvimento capitalista no Brasil envolto na crise estrutural do Século XX até os dias de hoje, pela reestruturação produtiva, contribui para as reflexões sobre quais os efeitos surtidos nos aspectos sociais e econômicos da sociedade brasileira, entregue por vez aos interesses da hegemonia internacional pelas próprias políticas públicas dos Governantes do Brasil, que por vezes alijaram da classe trabalhadora oportunidades de emprego e renda com plenitude dos direitos, sujeitos à precarização do trabalho de homens e mulheres, dado o aumentando no contingente do exército industrial de reserva, e o dos trabalhos informais. Frente a essa realidade surge em primeira instância, uma forma de resistência dos trabalhadores e uma oportunidade de trabalho e renda, a autogestão através da economia solidária no Brasil, porém, ainda possui amarras no sistema orgânico do capital e necessita urgentemente de um projeto político, que faça superar os mecanismos de subordinação da reestruturação produtiva dos dias atuais. Sendo de suma importância, a existência das tentativas pela autogestão, mesmo que meio a tantas contradições ideológicas, para que figure um campo livre para a constituição de uma consciência coletiva crítica, capaz de reconhecer os limites estruturais do capital, e com isso constituir uma nova base histórica para outros enfrentamentos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

- ANDERSON**, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”.in: E Sader (org.), Pós-neoliberalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BENINI**, Édi. Sistema Orgânico do Trabalho: uma perspectiva de trabalho associado a partir das práticas de Economia Solidária in: Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- CATTANI**, A. D.(org.). A outra economia acontece. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003
- CHESNAIS**, François. “Capitalismo de Fim de Século”. In: COGGIOLA, O. Globalização e Socialismo. São Paulo: Xamã, 1997.
- BATISTA**, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. Caderno Dívida Externa n. 6. 2ª ed. São Paulo: PEDEX, 1994.
- BECK**, Ulrich, **GIDDENS**, Anthony; **LASH**, Scott, Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. Oeiras: Celta Editora, 2000.
- FRAGA**, Laís. Autogestão e Tecnologia Social: utopia e engajamento in: Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- GENNARI**, Adilson Marques. Globalização, Estado, neoliberalismo e desigualdade social no Brasil in: Gestão pública e sociedades: fundamentos e políticas de economia solidária. São Paulo: Outras Expressões, 2011.
- POCHMANN**, Marcio. Atlas da Exclusão Social. São Paulo: Cortez, 2004.
- MARX**, Karl – “A Lei Geral da Acumulação Capitalista” (cap. XXIII), in: O Capital (Livro Primeiro, vol. II) – Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979 (pg. 712-827).
- MÉSZAROS**, István. Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista. São Paulo: Boitempo. 2010.
- _____. “Ir Além do Capital”. In: COGGIOLA, Osvaldo. Globalização e Socialismo, São Paulo: Editora Xamã, 1997.
- REGO**, José Márcio e **MARQUES**, Rosa. Economia Brasileira. São Paulo: Saraiva, 2000.
- LUXEMBURGO**, R. O que quer a Liga Spartacus? (1918). Disponível em: www.marxists.org
- MTE** Ministério do Trabalho e Emprego: O que é Economia Solidária? Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em: 14 Dez.2013.
- NASCIMENTO**, Celso Augusto Torres. A força do trabalho cooperativado em Manaus. Manaus:EDUA,2013.
- SINGER**, P. I. Uma utopia militante: repensando o socialismo. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.